

Destaques

24/03	Economia	Banco de Portugal divulgou Boletim Estatístico – Março 2008
19/03	Economia	INE divulgou Síntese Económica de Conjuntura – Fevereiro 2008
14/03	Demografia	DREM divulgou Estatísticas Demográficas – 2006
13/03	Turismo	INE divulgou Estatísticas da Actividade Turística – Janeiro 2008
12/03	Estatísticas Multitemáticas	DREM divulgou Boletim Trimestral – 4.º trimestre 2007
10/03	I&D	Eurostat divulgou Estatísticas da Ciência, Inovação e Tecnologia na UE27 – 2006
10/03	Economia	INE divulgou Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4.º trimestre 2007 e ano 2007
03/03	Ambiente	OCDE divulgou Environmental Outlook to 2030

Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008

A Organização das Nações Unidas, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicou recentemente o **Relatório de Desenvolvimento Humano para 2007/2008**. O documento em questão pretende medir, de forma precisa e padronizada, o nível de desenvolvimento humano de diversos países, considerando para o efeito um indicador composto que agrega três grandes dimensões do desenvolvimento humano: a qualidade de vida, medida pela esperança de vida à nascença; os níveis de conhecimento e educação, medidos pela alfabetização de adultos e pela escolarização bruta combinada nos níveis de ensino primário, secundário e superior; e a dimensão relativa aos níveis de rendimento, recorrendo para tal ao cálculo do PIB per capita em paridade de poder de compra. A combinação dos indicadores seleccionados para o estudo permitiu a construção do **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, cujo valor permite comparar a situação de 177 países neste domínio com referência ao ano de 2005.

Embora o conceito de desenvolvimento humano tenha uma dimensão mais lata do que aquela que um único índice possa medir, qualquer que este seja, o IDH representa uma alternativa poderosa ao PIB *per capita* enquanto medida sumária do bem-estar humano e, pela combinação do vasto leque de indicadores que incorpora, constitui um indicador de maior abrangência e fiabilidade para a aferição do bem-estar humano.

Para além do propósito de acompanhar o progresso dos países em matéria de desenvolvimento humano, o Relatório tem por finalidade acompanhar as evoluções registadas no sentido de serem alcançados os objectivos acordados no ano de 2000 na Declaração do Milénio, objectivos esses que se pretendem atingir até 2015. A Declaração do Milénio consagrou então o compromisso de 189 países para a concretização dos seguintes oito grandes objectivos (denominados Objectivos do Milénio):

- I. Erradicar a pobreza extrema e a fome.** Reduzir para metade a percentagem de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia e a percentagem da subnutrição;
- II. Alcançar o ensino primário universal.** Garantir que todas as crianças possam alcançar o ensino primário;
- III. Promover a igualdade de género e a autonomização das mulheres.** Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005 e nunca depois de 2015;
- IV. Reduzir a mortalidade infantil.** Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de 5 anos;
- V. Melhorar a saúde materna.** Reduzir a taxa de mortalidade materna em três quartos;
- VI. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças.** Deter e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA e de outras doenças;
- VII. Assegurar a sustentabilidade ambiental.** Reduzir para metade a percentagem das pessoas sem acesso à água potável e saneamento;
- VIII. Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento.** Reformar a ajuda e o comércio, com um tratamento especial para os países mais pobres.

Do ponto de vista global, e apesar de se terem verificado, desde a assinatura da Declaração do Milénio, progressos importantes no domínio do desenvolvimento humano, com a melhoria dos indicadores sociais e a diminuição da pobreza, o Relatório dá conta do aprofundamento das desigualdades entre países e realça o afastamento relativamente aos Objectivos do Milénio por parte da maioria dos países em estudo.

O presente relatório focaliza a análise na problemática da sustentabilidade ambiental, com particular destaque para a problemática das **alterações climáticas**. O documento lança o alerta para as consequências das acções poluentes no longo prazo e assinala o carácter irreversível dos danos que a manutenção da emissão de gases com efeito de estufa pode vir a ter num futuro próximo. Os autores do presente estudo consideram que as escolhas que actualmente fazemos não afectam apenas as nossas vidas, mas mais ainda as das próximas gerações. A constatação desta realidade faz das alterações climáticas um problema único e mais difícil do que outros desafios políticos.

Apesar de assumir o carácter de incerteza associado aos impactos que as alterações climáticas terão no futuro e reconhecendo a natureza probabilística das projecções, o Relatório enfatiza a importância dos efeitos nefastos decorrentes das alterações climáticas nos esforços de convergência dos países mais pobres, considerando que, no longo prazo, as alterações climáticas irão constituir uma ameaça massiva ao desenvolvimento humano e que existem, já no presente, evidências de que as alterações climáticas minam os esforços da comunidade internacional para reduzir a pobreza extrema. Com efeito, nos países em vias de desenvolvimento, entre as populações mais pobres do mundo, milhões de pessoas são já obrigadas a lidar com os impactos das alterações climáticas, nomeadamente o crescimento de situações de seca, de tempestades mais violentas e de stress ambiental.

O estudo considera que o modo como o mundo lida hoje com as alterações climáticas envolve consequências directas nas perspectivas de desenvolvimento humano para uma grande parte da humanidade. O insucesso irá consignar os 40% mais pobres da população mundial – cerca de 2,6 mil milhões de pessoas – a um futuro de oportunidades diminutas, irá exacerbar desigualdades profundas no seio dos países e minar os esforços para construir um padrão de globalização mais inclusivo, reforçando as enormes disparidades entre os que “têm” e os que “não têm”.

A rápida acumulação de gases com efeito de estufa na atmosfera terrestre está a gerar grandes incertezas relativamente às condições meteorológicas a que estarão sujeitas as gerações futuras. O Relatório de Desenvolvimento Humano considera que estamos a aproximar-nos perigosamente do abismo, aumentando de forma preocupante a possibilidade de ocorrência de eventos imprevisíveis e não lineares, que podem abrir a porta a catástrofes ecológicas – como sendo, nomeadamente, o acelerado degelo glacial – que irão transformar os padrões de colonização humana e minar a viabilidade das economias nacionais, o que, a acontecer, condicionará irreversivelmente a forma de viver das gerações vindouras.

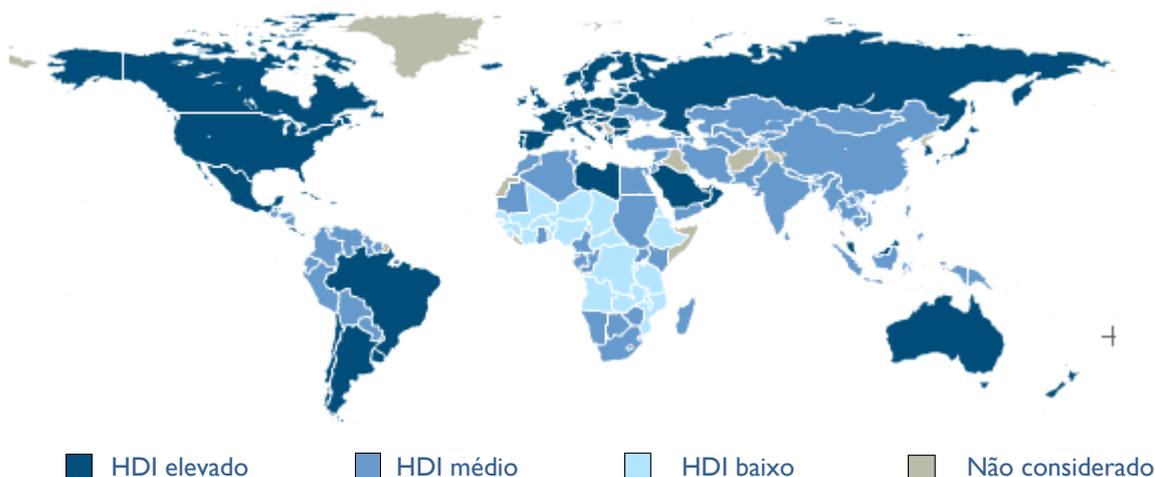
Neste enquadramento, as alterações climáticas exigem neste momento uma acção urgente para lidar com uma ameaça que é particularmente dirigida a dois grupos importantes mas com pouca força nos meios de decisão: os pobres e as gerações futuras. As alterações climáticas levantam questões crucialmente importantes sobre justiça social, equidade e direitos humanos nos países e em todas as gerações. Os autores da edição 2007/2008 do Relatório de Desenvolvimento Humano estão convictos de que a batalha contra as alterações climáticas pode – e deve – ser ganha. Ao mundo não faltam recursos financeiros nem

capacidade tecnológica para agir, acrescentam. Por conseguinte, o sucesso da resolução do problema das alterações climáticas dependerá unicamente da vontade política de cooperar no sentido de reduzir a emissão de gases com efeito de estufa.

Apesar dos Objectivos do Milénio não serem uma agenda completa sobre o desenvolvimento humano, reflectem um sentimento de urgência e definem um conjunto de prioridades comuns. Com as alterações climáticas a causarem já impacto nas vidas dos países mais pobres, a adopção de políticas concertadas que reflectam um esforço global de diminuição sustentada da emissão de gases é uma condição fundamental para apoiar o progresso até aos objectivos de 2015. No mundo para além de 2015, e até a redução da emissão de gases começar a surtir efeito, as alterações climáticas actuarão como um travão no desenvolvimento humano, atrasando, ou mesmo fazendo regredir o progresso humano. Aumentar os esforços concertados para conter essa ameaça é, de acordo com o Relatório, algo a ser encarado como parte da estratégia pós 2015 para atingir os objectivos do processo dos Objectivos do Milénio. Uma estratégia mal sucedida neste domínio iria, rapidamente, corroer o atingido até ao momento e seria inconsistente com o compromisso assinado na Declaração do Milénio.

Relativamente ao Índice de Desenvolvimento Humano propriamente dito, o valor atribuído a cada país classifica-o num de três grupos: países de desenvolvimento elevado (com IDH igual ou superior a 0,800); países de desenvolvimento humano médio (com IDH entre 0,500 e 0,799) e países de desenvolvimento humano baixo (com IDH inferior a 0,500). Tomando a informação relativa ao ano de 2005 como referência, 70 países tinham um desenvolvimento humano elevado (onde estão incluídos, entre outros, os países da União Europeia, Japão e os Estados Unidos), 85 países estavam incluídos no grupo de desenvolvimento humano médio (entre os quais podemos encontrar São Tomé e Príncipe e Cabo Verde) e os restantes 22 pertenciam aos países de baixo desenvolvimento humano (onde ainda podemos encontrar Angola, Moçambique e Guiné Bissau). **Portugal** ocupava o 29.º lugar no ranking em termos de desenvolvimento humano, traduzido num índice de 0,897, numa lista liderada pela Islândia e pela Noruega (ambas com um valor índice de 0,968), seguidas por Austrália, Canadá e Irlanda, que atingiram valores de 0,962, 0,961 e 0,959 no IDH, respectivamente. No extremo oposto da lista surge a Serra Leoa, que registou o pior desempenho em matéria de desenvolvimento humano, com um valor de 0,336, ocupando a 177.ª posição. Burkina Faso (0,370), Guiné Bissau e Níger (ambos com 0,374) são os países que antecedem o país com o desempenho menos favorável, os quais registam um IDH de nível manifestamente preocupante, quando se compara com a média mundial (0,743). O mapa seguinte ilustra as diferentes realidades em matéria de desenvolvimento humano nos países considerados.

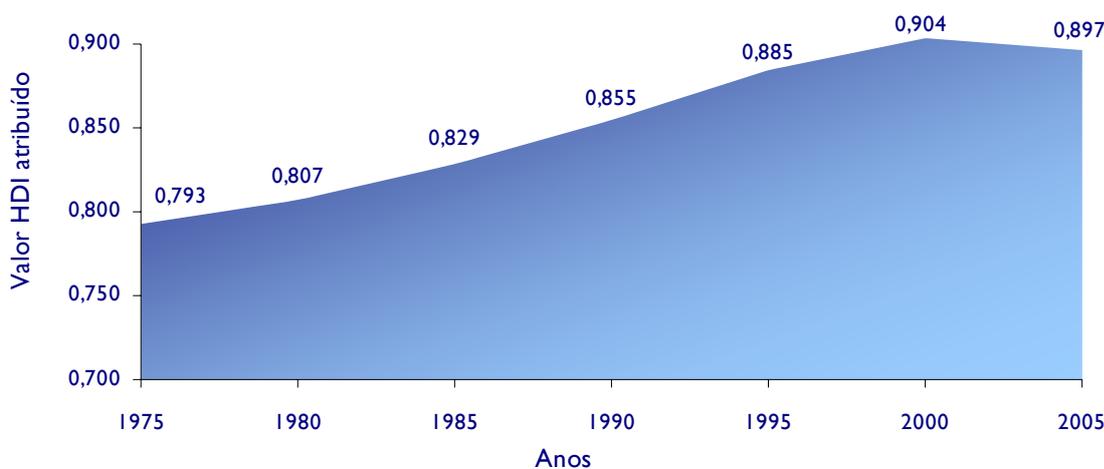
IDH em 2005



Fonte: PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008

Em termos evolutivos, o gráfico seguinte ilustra uma progressão significativa em termos de desenvolvimento humano em Portugal, entre 1975 e 2005. Não obstante, o país registou, entre 2000 e 2005, um ligeiro retrocesso nesta matéria, que materializa a perda de posições face a Relatórios anteriores. Com efeito, à excepção da escalada registada entre 2000 e 2001, altura em que Portugal passou do 28.º para o 23.º lugar na lista dos países com maior desenvolvimento humano, tem-se assistido a uma quebra neste indicador, com o país a registar a 26.ª melhor marca em 2002, perdendo a partir daí uma posição por ano.

Evolução do IDH em Portugal entre 1975 e 2005



Fonte: PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008

Este Boletim Informativo também pode ser consultado em: <http://www.idr.gov-madeira.pt/pt/boletimplan.asp>

Sugestões e comentários: planeamento@idr.gov-madeira.pt

Fonte: PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008